



InfoSNESup 256

Newsletter JUNHO de 2016 - 2ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

NEGOCIAÇÃO EMPREGO CIENTÍFICO

ONDE PÁRA O REGIME TRANSITÓRIO?

SNESup EM REUNIÕES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REUNIÃO IPSANTARÉM

SNESup REÚNE COM ABIC

REUNIÃO DE DOCENTES NO ISEL

REUNIÃO BOLSEIROS DE GESTÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

REUNIÃO COM PRESIDÊNCIA DO IST

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

NEGOCIAÇÃO EMPREGO CIENTÍFICO

Tal como demos conta em [comunicado próprio](#), o SNESup reuniu no passado dia 28 de junho com o Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, a propósito da negociação da [Proposta de Decreto Lei para Estímulo ao Emprego Científico](#).

Nessa mesma reunião entregámos a nossa [contraproposta negocial](#), que assenta em dois princípios básicos: dignificação e regulação.

É urgente que possamos trabalhar neste caminho em termos de Emprego Científico. A situação de degradação completa do sistema por utilização abusiva da figura do bolsheiro demonstra-nos que essa deterioração resulta do subfinanciamento do sistema (um corte de 40% no Ensino Superior e uma visão de “destruição criativa”) e desequilíbrio nas relações de poder nas instituições, as quais promoveram uma tendência para a subempregabilidade qualificada.

A emigração qualificada é sintoma desta destituição de um rumo que promova o emprego científico com qualidade, dando assim um sinal fundamental para a sociedade como um todo.

Num governo assente numa maioria parlamentar cujo primeiro ponto dos acordos é o combate à precariedade é inaceitável que surja uma proposta assente em contratos a termo incerto e contratos a prazo.

Precisamos de estabilidade nas relações laborais do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. A propalada rotatividade possui sérios prejuízos na vida pessoal e familiar dos investigadores, no prosseguimento da investigação produzida pelas unidades e laboratórios e na sedimentação através de trabalho continuado. Tal não pode ser confundido com uma circulação pontual e regular para contacto e troca de experiências. É a vinculação institucional que nos garante vantagem geoestratégica. A inconsciência sobre esta matéria resulta no claro prejuízo que estamos a assistir, com emigração qualificada e incapacidade de retenção de talento em projetos de médio-longo prazo.

A ênfase no curto-prazo e na imediatez dos resultados científicos tem efeitos perniciosos, conhecidos e já bastante criticados. É fundamental que se reflita sobre esta matéria.

A intenção de flexibilizar o emprego científico conduz para um quadro institucional de desequilíbrio, degradação e desregulação. Não nos podemos contentar com um programa de Estímulo ao Emprego Científico na lógica do remediado. Se a aposta é clara, então tem de ser assumida e no quadro de combate à precariedade, com a promoção de um emprego científico verdadeiramente digno e valorizado.

O MCTES sabe que o caminho é o da dignificação. É esse o acordo que tem de ser encontrado. Menos do que isso será sempre o pouco.

ONDE PÁRA O REGIME TRANSITÓRIO?

Mantém-se a expectativa ansiosa sobre onde para o diploma sobre o Regime Transitório. De forma oficiosa parece haver indicações de que se encontra no Ministério das Finanças, tendo já algumas organizações sindicais propalado tal ideia.

Só pode haver uma reação a esta questão: é inaceitável este tempo de espera, sendo ainda mais inadmissível que exista qualquer atraso, independentemente do ministério que coloca este sério prejuízo sobre os docentes e as instituições.

O que Ministro das Finanças deve ter em cima da sua secretária é um plano claro e concreto de reposição dos mais de 400 milhões de euros que foram retiradas do Ensino Superior e Ciência, em pouco mais de 5 anos. Estamos a falar de uma redução de 40% do orçamento do setor. A aplicação de um corte desta importância ao geral da Administração Pública levaria a redução tão inclinada do défice cujas consequências seriam incríveis. É o que vemos em instituições que estão fortemente condicionadas e onde se passou todo e qualquer limiar de bom senso.

A demora com uma matéria cujo impacto calculado é o centésimo desta reposição significa uma tentativa de protelar uma [Resolução da Assembleia da República](#), com uma clara recomendação ao Governo.

Tomámos nota da [proposta de Resolução promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP](#) para concretização de um Plano de Contratação e Integração na Carreira de Docentes no Ensino Superior Público. É uma indicação clara da preocupação sobre esta matéria, a qual deve ser acompanhado por ações de todos os partidos que se preocupam com a situação de precariedade vivida por quase um milhar de docentes. Pior, indica o desrespeito do MCTES e do Governo pela a Assembleia, e por consequência o desrespeito pelos cidadãos e pela democracia representativa.
Inaceitável!

3

SNESup EM REUNIÕES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O SNESup continua a desenvolver a ronda de contactos com os diversos grupos parlamentares. Como tópicos de trabalho relembramos que se encontram os seguintes temas:

- Regime Fundacional
- Violação dos Limites de Carga Horária e da Proporcionalidade Contratual
- Medidas de Estabilização de Vínculos e Contratação no Ensino Superior e Ciência

No passado dia 22 de junho reunimos com o grupo parlamentar do Partido Comunista Português. Num momento em que o país seguia o desenrolar do Portugal-Hungria, trabalhámos com vista a poder concretizar ações concretas sobre os temas referidos acima e ainda na sequência da audição do Ministro Manuel Heitor na Assembleia da

República. Como consequência da reunião pudemos verificar o sinal de compromisso e preocupação do PCP sobre estas questões. Tal sinal foi reforçado com uma proposta de Resolução que nos foi dada a conhecer recentemente.

Aguardamos agendamento de reunião com os grupos parlamentares do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, as quais esperemos poder dar conta em próxima newsletter.

REUNIÃO IPSANTARÉM

Reunimos no passado dia 23 de Junho com o Presidente do Instituto Politécnico de Santarém tendo como ponto de trabalho a questão do Despacho 68-2016.

Tivemos ocasião de contactar com a situação de dificuldade orçamental, que atinge com especial intensidade as instituições que operam em contextos socioeconómicos mais difíceis. Contudo, tal como referimos ao Presidente do IPS, não pode esse subfinanciamento prejudicar os docentes, sendo que existe uma responsabilidade sobre o exercício de asfixia financeira das instituições. É tão culpado o que subfinancia, como o que pactua com esse subfinanciamento prestando-se a tais cortes, tanto mais que, como referimos recentemente, os cortes dos últimos anos no Ensino Superior totalizam mais de 300 milhões de euros, representando para cima de 30% do orçamento do sistema. O reforço orçamental do IPS representa um valor insignificante dentro deste orçamento, sendo que, mesmo conjugando as necessidades de reforço dos diferentes politécnicos, tal não chegaria a representar 0,5% do orçamento.

4

A vontade política surge também da pressão que exista perante a mesma, sendo que não podemos assistir a esta contínua degradação das instituições. Os cortes foram já longe demais e é preciso consubstanciar a aposta no Ensino Superior e Ciência num verdadeiro investimento em termos de Orçamento de Estado, que permitam um desenvolvimento estrutural.

Chegados aqui e verificando-se que existe entendimento sobre a situação concreta de subfinanciamento, trabalhamos sobre o despacho, o qual possui uma necessidade imperativa de revisão por força de várias matérias, incluindo também a aplicação das 35h semanais.

Trabalhámos ponto a ponto sobre os elementos referidos, procurando que fossem assim corrigidas várias questões lesivas. Obtivemos acolhimento dessas propostas por parte do Presidente do IPSantarém, que deverá apresentar novo documento aos órgãos competentes.

Entretanto, é necessário que as Distribuições de Serviço Docente não validem o quadro injusto e prejudicial, que conduza a uma maior degradação.

Esperamos regressar ao IPSantarém em breve, para promover nova reunião com os colegas docentes e investigadores deste instituto.

REUNIÃO DE DOCENTES NO ISEL

O SNESup promoveu no passado dia 6 de julho uma reunião de docentes no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Esta reunião teve como intenção acompanhar a situação neste instituto, em particular dos colegas em situação mais fragilizada.

Pudemos assim verificar o forte prejuízo causada pela redução dos contratos de colegas doutorados e que poderiam ter beneficiado do Regime Transitório. Essa redução levou a que muitos estejam agora numa situação injusta e difícil, tendo visto os seus contratos reduzidos para tempo parcial, motivados única e exclusivamente por restrições financeiras que foram aplicadas ao seu departamento.

Estamos a falar de colegas que altamente qualificados, de áreas fundamentais, que são prejudicados e cuja situação é vivida com grande ansiedade, em particular com a produção de um diploma referente ao Regime Transitório que preveja este tipo de situações.

Iremos dar sequência à ação no ISEL, com o pedido de reunião com a Presidência deste Instituto, sendo que iremos também manter a presença neste instituto reforçada com a promoção de eleições especiais para o Conselho Nacional.

5

SNESup REÚNE COM ABIC

O SNESup reuniu no passado dia 22 de junho com a Direção da ABIC, com o propósito de analisar a situação do emprego científico, articulação entre as organizações e possibilidades de ação futura.

Na altura desta reunião ainda não era conhecido o conteúdo da Proposta de Estímulo do Emprego Científico. Ainda foi possível trabalhar sobre questões de princípio de ambas as organizações, sendo que possuem convergência. Esse sentido posicionamentos que são próximos é verificável na [contraproposta negocial do SNESup](#), [e no parecer da ABIC](#) em relação a este diploma.

A mensagem principal é a da dignificação do emprego científico, com respeito mútuo nas diferenças entre ambas as organizações, mas mantendo-se a vontade de uma articulação próxima. Recorde-se que o SNESup manteve a facilitação de acesso ao seu Apoio Jurídico à ABIC ao longo destes vários anos.

Nesta mesma reunião foi possível verificar a possibilidade de ações futuras, nomeadamente na reflexão sobre as condições em que se desenvolve o trabalho científico.

REUNIÃO BOLSEIROS DE GESTÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O SNESup reuniu no dia 6 de julho com um conjunto de Bolsiros de Gestão Científica e Tecnológica, por forma a analisar a sua situação e a [Proposta de Decreto Lei para Estímulo ao Emprego Científico](#).

Pudemos assim contactar com a realidade de centenas de bolsiros, que desempenham hoje uma função fundamental nas instituições, mas sem possuírem um vínculo laboral efetivo.

Várias instituições, incluindo a própria FCT, têm vindo assim a colmatar as suas necessidades, com o recurso a este subemprego, para o desempenho de funções fundamentais de intermediação científica, seja com o desenvolvimento de candidaturas e gestão de projetos; relação com o meio, representação de Portugal em comités da Comissão Europeia, agências intergovernamentais, consórcios de investigação e outros organismos; assessoria especializada nas áreas de desenvolvimento estratégico, de avaliação e auditoria de atividades de C&T; conceção de programas, de promoção da transferência do conhecimento a nível nacional e internacional; gestão de programas de C&T e de literacia digital e mapeamentos nacionais de investigação; desenvolvimento e inovação, gestão, promoção e salvaguarda do património documental científico para disponibilização à comunidade científica e à sociedade em geral; apoio à gestão da informação produzida e recebida na FCT; elo de ligação na promoção de relações entre o I&D académico e o setor empresarial, potenciando a transferência de conhecimento; organização de eventos de divulgação e promoção de ciência.

6

É importante que se possa pensar o lugar da intermediação, desenvolvida por pessoas que pertencem ao espaço da investigação e do ensino superior. Essa relação de intermeio vai muitas vezes além da simples carreira técnica, sendo que tem vinda a ser assegurada muitas vezes por colegas que possuem currículo académico e científico e não raras vezes desenvolvem projetos de investigação próprios mesmo ao nível de pós-doutoramento.

Da análise conjunta sobre a proposta apresentada pelo MCTES resulta uma preocupação pela situação futura que será criada e que não responde às necessidades e realidade do sistema.

A elevada rotatividade de pessoal qualificado e com capacidades, leva a descontinuidades e fragilidades que só enfraquecem o Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Vamos continuar o trabalho conjunto sobre esta situação, sendo que esperamos poder vir a reunir em breve para trabalhar sobre ações que possamos desenvolver.

REUNIÃO COM PRESIDENTE IST

O SNESup reuniu no passado dia 28 de junho com a Presidência do Instituto Superior Técnico a propósito da negociação da proposta de alteração do Regulamento de

Avaliação de Desempenho Docente deste instituto. Pudemos assim apresentar a nossa posição negocial sobre esta matéria a qual obteve, em muitos pontos, acolhimento por parte da Presidência deste instituto.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Despacho n.º 8459/2016 - D.R. n.º 123/2016, Série II de 2016-06-29](#)

- Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Homologação dos Estatutos da Escola Superior de Tecnologia

[Regulamento n.º 614/2016 - D.R. n.º 122/2016, Série II de 2016-06-28](#)

- Universidade da Madeira
Regulamento dos projetos de formação, investigação e prestação de serviços da Universidade da Madeira

[Despacho n.º 8339/2016 - D.R. n.º 121/2016, Série II de 2016-06-27](#)

- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Alteração ao Regulamento de Contratação de Pessoal Docente, Especialmente Contratado, ao abrigo do artigo 8.º do ECPDESP

[Despacho n.º 8232/2016 - D.R. n.º 119/2016, Série II de 2016-06-23](#)

- Instituto Politécnico de Setúbal
Regulamento de Prestação de Serviço Docente do Instituto Politécnico de Setúbal

7

[Despacho n.º 7906/2016 - D.R. n.º 114/2016, Série II de 2016-06-16](#)

- Universidade de Lisboa - Reitoria
Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

EVENTOS

[KISMIF International Conference "DIY Cultures, Spaces and Places"](#)

18 a 21 de julho, Porto

[KISMIF Summer School "Mappin' Your Own Underground!"](#)

22 de julho, FLUP-Porto

[2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira - 'Culturas Partilhadas'.](#)

14 a 16 de setembro, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

[Legacies of the Tricontinental, 1966 - 2016: Imperialism, Resistance, Law](#)

22 a 24 de setembro, Coimbra

[PRO-VE 2016 : 17th IFIP/Socolnet Working Conference on Virtual Enterprises](#)

3 a 5 de outubro, Porto

CENTERIS - Conference on ENTERprise Information Systems

5 a 7 de outubro, Porto.

Conferência internacional – “Europa e Refugiados: Política e Práticas”

19 e 20 de outubro, Instituto de História Contemporânea, IHC-UNL, CEME-UNED

2.ª Conferência Internacional (CISPÉE2016) “(Re)Pensar a Educação Superior de Engenharia”

19 a 21 de outubro, UTAD, Vila Real

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro, 104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Rua do Teodoro, 8 - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt

The logo for SNE Sup features the text "SNE Sup" in a serif font. The "S" is significantly larger and more prominent than the other letters. To the right of the text is a stylized graphic consisting of several overlapping, semi-transparent blue and white geometric shapes, resembling a cluster of triangles or a modern architectural design.